XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA
De 1 a 5 de Setembro de 2003, UNICAMP,
Campinas –SP

GRUPO DE TRBALHO:

18 - **Relações Sociais e Meio Ambiente.**

TÍTULO DO TRABALHO:

Desenvolvimento Sustentável – Antinomias de um Conceito.

AUTORA:

Marcionila Fernandes

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ANTINOMIAS DE UM CONCEITO

RESUMO

Este trabalho faz parte de um projeto de estudo mais amplo que estamos desenvolvendo, voltado para *as implicações teóricas e práticas do modelo de Desenvolvimento Sustentável.* Neste artigo, nosso objetivo é abordar o referido modelo de Desenvolvimento, a partir de duas direções que interagem e se complementam. Para efeito de análise, optamos por, primeiro, destacar os aspectos teóricos e as contradições internas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável. Nossa pretensão é demostrar as razões da sua inadequação enquanto um modelo de desenvolvimento que se propõe, em t ermos conceituais, a responder às questões produzidas *pelas estruturas econômicas e sociais, sem questioná-las, quer seja no que se refere aos problemas* da equidade social, quer seja no que diz respeito às formas históricas de apropriação dos recursos naturais. Em seguida, nossa perspectiva é fazer ver que, em sendo um modelo incapaz de se reportar, como questionamento, às conformações sócio-econômicos e culturais das sociedades modernas, seu objetivo passa a ser aquele de implementar uma política de gestão de recursos naturais estratégicos nos principais nichos ecológicos mundiais, identificados a partir da divisão ecológica internacional. Nesta perspectiva o formato conceitual do modelo de Desenvolvimento Sustentável se justifica como parte do arsenal discursivo que assegura a abordagem dos problemas ambientais como sendo globais e de responsabilidades de todos. Esta concepção contribui para salvaguardar o direito das nações desenvolvidas de implementarem suas políticas ecológicas em regiões de seus interesses, desconsiderando, geralmente, os contornos geo-políticos das nações ricas em recursos nacionais que, coincidentemente, estão situadas na parte sul do planeta.

PALAVRAS–CHAVES: Epistemologia, Desenvolvimento Sustentável, Política Ambiental, Divisão Ecológica Internacional, Gestão de Recursos Naturais.

ABSTRACT

This paper is part of a larger research project we are developing, whose object is the Theoretical and Practical Implications of the Sustainable Development Model. This article aims to discuss the Sustainable Development Model following two complementary strategies. Firstly we stand out the theoretical aspects of the Sustainable Development Concept, focusing in its internal contradictions. We want to demonstrate that the mentioned model does not work as a Development Model, since it purposes to solve problems caused by economic and social structures without questioning them, neither in reference to social inequalities nor to the historic forms of natural resources appropriation. Secondly, we argue that the emergency and dissemination of the Sustainable Development Model has the objective of implementing a Natural Resources Rational Management Policy in the main world natural resources niches, identified through by the International Ecological Division. Accordingly to our point of view the conceptual shape of the Sustainable Development Model is part of the discourse toward the approach of environmental problems as global ones and as an object of the global responsibility. It serves to protect developed nations's interest in implanting their ecological policies around the World, which very often disregard the interest and characteristics of the privileged nations in natural resources, that are coincidentally located in the South of the planet.

KEY-WORDS: Epistemology, Sustainable Development, Ambientalist Policy, International Ecological Division, Natural Resources Management

Uma das principais tarefas requeridas dos sociólogos em relação à discussão da crise ambiental e do modelo de Desenvolvimento Sustentável é, inclusive, a produção de uma análise capaz de demonstrar como a construção de categorias e instrumentais de pesquisa relacionados ao debate sobre a crise ambiental funcionam com o objetivo de dar sentido às estruturas de poder e aos interesses econômicos e políticos envolvidos na formulação das políticas ambientais globais. A construção de categorias abstratas, como as de *humanidade, de gerações futuras, de qualidade de vida* e outras tão presentes nos textos sobre os problemas ambientais, dificulta a análise em termos das diferenças entre grupos sociais e entre nações, protegendo a proposta do Desenvolvimento Sustentável do enfrentamento de eventuais contradições no campo das relações sociais.[1] A disseminação do uso dessas categorias citadas com um sentido a-histórico, ou como que "esvaziadas" de conteúdo social mais preciso, contribui justamente para consolidar as perspectivas analíticas e postulados políticos que abordam os problemas e as possíveis respostas desconsiderando as referidas diferenças, as quais caracterizam tão bem as sociedades contemporâneas.

No conceito de Desenvolvimento Sustentável a idéia de eqüidade se enquadra nesse conjunto de categorias "limpas ou neutras" podendo ser considerada como um conceito vazio. Isto é, destinado a ser enunciado de uma tal forma que não implica nenhum desdobramento conseqüente, não havendo nele substância como proposição possível. Como se pode ver na maioria das experiências de implementação do modelo de Desenvolvimento Sustentável, não há indícios da produção da eqüidade em termos concretos. Vale citar como exemplo as próprias experiências catalogadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

[1] O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado, no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento através do Relatório denominado *Nosso Futuro Comum,* sendo definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades". Ainda, segundo o referido relatório, o Desenvolvimento Sustentável deve contribuir para retomar o crescimento como condição necessária para: erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, eqüitativo e menos intensivo no uso de matérias-primas e de energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água, e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório

Segundo o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1997), o princípio da eqüidade entre gerações não pode ser entendido sem, ao mesmo tempo, serem propostas formas institucionais para sua realização. Uma das propostas apresentada no referido relatório, parte da idéia de que a melhor maneira de proteger os interesses das gerações futuras consiste em nomear um representante, na forma de uma agência institucionalizada como, por exemplo, um escritório no âmbito das Nações Unidas e do direito internacional (Cuéllar, 1997:62). A questão da eqüidade é, como se vê nesse documento, freqüentemente reduzida a um problema burocrático, cujo enfrentamento se daria no âmbito institucional e formal. A justiça social, neste caso, é tratada como se fosse algo exógeno à dinâmica econômica, social e política das sociedades contemporâneas.

Ainda em referência à forma como é apresentada a concepção da eqüidade no modelo de Desenvolvimento Sustentável, é possível identificar alguns outros problemas. No *Nosso Futuro Comum*, por exemplo, é enunciada a idéia de que a pobreza, contribui para o aumento da degradação ambiental. Esta forma de ver poderia conduzir a uma muito provável articulação entre justiça social e preservação ambiental, já que atacar os fatores que causam a pobreza teria como efeito necessário, a atenuação ou superação da própria pobreza associada senão a solução definitiva da crise ambiental planetária, ao menos alcançaríamos níveis menores de agressão ao meio ambiente.

Esse novo modelo de desenvolvimento distancia-se, em essência, de uma perspectiva crítica em relação às formas de apropriação da natureza inauguradas pelo Capitalismo, na direção da construção de um novo modelo societário. Não há, nesse ecologismo supostamente inaugurador de novos tempos, uma negação da ética da competição e do lucro imediato e crescente, determinante dos modos e do ritmo de disponibilidade dos recursos naturais praticados desde o surgimento da Indústria.

Os aspectos teóricos do conceito de Desenvolvimento Sustentável se distanciam de questionamentos dessa natureza, e o fazem não por “erro” metodológico, ou por “fraqueza” epistemológica. Poderíamos, realmente, esperar que as instituições que dão forma ao movimento ecológico internacional, como a ONU, o Banco Mundial, o G-7,

apresentassem uma nova proposta de *organização social* destinada a promover efetivamente a eqüidade social, a eficiência econômica e a preservação ambiental? Isso seria possível, sem questionar, na sua base, o ordenamento sócio-político-econômico? Para dar respostas afirmativas a essas questões, teríamos de imaginar que essas instituições estariam abandonando seus próprios papéis de mantenedoras da ordem econômica e social vigente.

A realidade social de um número significativo de nações, se pensarmos em termos de desenvolvimento das economias nacionais e de amplos setores da população mundial, demonstrada, inclusive, pelos dados do próprio Banco Mundial, é marcada pela preponderância de baixas rendas, por níveis inaceitáveis de acesso à saúde, por altos graus de subnutrição e de altas taxas de mortalidade infantil, por baixos níveis de escolaridade e por baixas quantidades de consumo diário de proteínas.

Um agravante desse processo é que todos os encaminhamentos políticos e econômicos, no plano mundial, incluindo-se aqui os previstos nas políticas de Desenvolvimento Sustentável, se constróem na perspectiva de manter e/ou agravar essas disparidades. Com o declínio do *Welfare State*, por exemplo, enfraquece progressivamente a responsabilidade política do Estado frente ao quadro social esboçado. A impossibilidade de participar dos mercados, neste caso, repercute e passa a ser compreendida como processo exógeno ao próprio sistema social.[2]

O fim do Estado de bem-estar, a progressiva diminuição do emprego, e o crescimento da fome, associada à mortalidade infantil, por um lado e, por outro, o domínio das leis de mercado, de uma cultura de consumo que transforma o mais supérfluo em necessidade indispensável, o que requer a queima crescente dos recursos energéticos naturais nos ciclos produtivos, processos que vêm se intensificando nessas duas

[2] As sociedades contemporâneas, ao abordarem a violência entre indivíduos, como resultante de processos individuais apenas, onde se evidencia somente o agressor e o agredido, na verdade estão reforçando a idéia de que o que existe, efetivamente, são somente diferenças individuais inconciliáveis, desconsiderando, portanto, todos os arranjos sociais responsáveis pela manutenção do processo de diferenciação social entre os homens. Na história humana, é comum a desvalorização daqueles indivíduos que o próprio sistema não absorvera por meio da produção e repartição dos produtos do trabalho. Sempre são *estes* os responsáveis pela violência, como se marginalizar o *outro* não fosse o maior ato de violência.

últimas décadas, denotam que não se encontram em curso projetos sociais que visem corrigir as grandes diferenças, no que se refere aos padrões de vida entre indivíduos e entre as nações[3].

Supor que a pobreza é responsável pela degradação ambiental, como está posto no conceito de Desenvolvimento Sustentável e que, para superar esses problemas de ordem ambiental, seria necessário combatê-la, não garante a construção de um novo projeto societário. Na verdade, isso pode ser visto muito mais como uma enunciação formal do discurso oficial do que como um questionamento real das lógicas geradoras da exploração e miséria nos países subdesenvolvidos. De maneira semelhante, a idéia de solidariedade intergeracional, também muito forte e destacada no modelo de Desenvolvimento Sustentável, não se traduz, necessariamente, no enfrentamento conseqüente e eventual adoção de estratégias para a solução dos problemas atravessados pela geração atual.

Se nem o reconhecimento dos riscos representados pela pobreza ao ecossistema, nem a idéia de solidariedade intergeracional são indicativos de um novo projeto societário, outros aspectos contidos no conceito de Desenvolvimento Sustentável não podem ser considerados como capazes de efetivar um novo projeto de normatividade social.

A idéia de sustentabilidade do modelo de Desenvolvimento Sustentável é tirada do campo das ciências biológicas, onde é compreendida como a busca do prolongamento da durabilidade dos ecossistemas no tempo. Sua utilização nas análises dos cientistas sociais é freqüentemente carregada dos sentidos em que é empregada na Biologia, tratando sua aplicabilidade em termos da definição biológica de espécie humana, que não permite a consideração dos aspectos contraditórios envolvidos, quando se leva em

[3] Müller (1996) no seu diálogo com Vittorio Hösle (1996) diz que "A grande incógnita da nova ordem capitalista mundial, face à possibilidade de o modelo de produção capitalista se firmar como endogenamente sustentável, é saber se as suas transformações vão no sentido do fortalecimento a curto prazo, através da consolidação temporária da exclusão do acesso da maioria da humanidade aos direitos humanos elementares, com a ampliação do padrão de consumo ocidental para apenas alguns países integrados e para as respectivas classes dominantes na assim chamada globalização, intensificando a violência estrutural e o estado de guerra civil endêmica, ou se as transformações vão no sentido de alguma transmutação, que permita superar os seus componentes selvagens e destrutivos, que mantêm o vínculo fatal entre crise ecológica e exclusão, revertendo a barbárie que se anuncia. (Müller, 1996:45)

conta o mundo social.[4] Assim sendo, o próprio marco teórico da sustentabilidade não relaciona os problemas ambientais com as relações sociais e não leva em conta as questões das desigualdades, o que compromete a efetividade da proposta de eqüidade feita no âmbito do modelo de Desenvolvimento Sustentável. Neste caso, a idéia de eqüidade tem apenas sentido como discurso. (Foladori, 1999:29)

Tanto a idéia de eqüidade quanto o próprio conceito de sustentabilidade são exemplos dos aspectos contraditórios contidos nas principais formulações das *políticas ambientais globais* e que devem ser visualizadas nas análises sociológicas que abordam a questão ambiental.

A busca do que realmente é "novo" nessa proposta de desenvolvimento implica conduzir o debate levando em conta as matizes teóricas, e as variáveis políticas e ideológicas nela envolvidas. Ao nosso ver, a subsunção dos principais problemas sociais da humanidade pela evidência das catástrofes ecológicas não somente assegura aos países ricos a manutenção dos seus privilégios, como dificulta a possibilidade de formulação de críticas ao modelo capitalista, agora global.

Nesse sentido, em vez de considerar a possibilidade de questionamento do modelo de expropriação da natureza implícito no Capitalismo, o que os defensores do modelo do Desenvolvimento Sustentável freqüentemente fazem é, aludindo às idéias de unidade planetária, que implicam a secundarização das diferenças existentes no mundo real, propor "alianças entre todos os grupos e estratos sociais"[5], como se os problemas ambientais afetassem a todos por igual.

Os problemas ecológicos, que resultam de disfunções estruturais do sistema de produção econômica, que geram também uma série de problemas sociais, tomaram maiores dimensões à medida que é decrescente, na história da ciência, o espaço para as teses que abordam os problemas estruturais da sociedade moderna. Não podemos

[4] Ver, neste sentido, Norgaard (1997) e Spangenberg (1999).

[5] Conforme Guimarães (1997), que, longe de representar uma voz isolada, é emblemático de uma vasta produção da linha "otimista" do Desenvolvimento Sustentável.

desconsiderar o pessimismo dos cientistas sociais que viveram o alvorecer do século XX, marcado pelo prevalecimento da racionalidade instrumental, como também não se pode esquecer o desencanto dos filósofos franceses engajados, um fenômeno que se expressa depois da II Guerra Mundial.

É no vácuo de um projeto societário-humanista, que emergiu a crise ecológica em nível global. "A terra está esquentando", "tem aumentado o buraco na sua camada de ozônio", "enfrentamos chuvas ácidas como conseqüência da poluição atmosférica", "enfrentamos uma crescente escassez de recursos energéticos", "aumenta a poluição dos mares, do ar e das águas doces"; tudo isso pode ser verdade, mas não é menos verdadeira a gravidade dos problemas sociais e da decadência de princípios éticos humanistas.

Nesse sentido, nossa perspectiva considera necessária uma abordagem que contemple os dois movimentos, considerando o ecológico e o social como processos interligados a partir da modernidade, e que, ao mesmo tempo, resulte numa análise crítica da temática do meio ambiente não comprometida com a reprodução da desigualdade entre homens.[6] Nossa proposta se aproxima da visão da prática sociológica defendida por autores como Lloyd e Bourdieu. Para o primeiro deles,

> As tentativas de representação do real, através das ciências, dependendo dos princípios filosóficos e metodológicos, às vezes se distanciam da própria realidade empírica para concebê-la como uma interpretação de acordo com um ponto de vista, e assim estabelecem um discurso sobre possíveis entidades, episódios ou cenários que às vezes se supõe iluminar a verdadeira realidade, a qual jamais é definida ou estudada. (Lloyd, 1995:45)

No caso da proposta de Desenvolvimento Sustentável, é possível identificar uma articulação de símbolos, significados e conceitos capazes de mobilizar uma aceitação

[6] Nossa proposta de análise sociológica das contradições existentes na proposta de Desenvolvimento Sustentável se distancia daquela apresentada por Cernea (1993:13), assessor Senior do Banco Mundial, na área de Políticas Sociais, do Depto. de Meio Ambiente. Para ele, uma das contribuições que os sociólogos dão ao Desenvolvimento Sustentável é o fornecimento de um *conjunto de técnicas sociais capazes de conduzir à ação social coordenada, inibir atitudes nocivas, promover a associação, forjar acordos sociais e ajudar a desenvolver o capital social*.

mundial, um consenso altamente significativo, sem que haja um esforço intelectual profundo para o enfrentamento das questões concretas envolvidas na discussão.

Pierre Bourdieu, numa mesma linha crítica da atividade científica auto-referente, fornece elementos para uma crítica da tendência de análise sociológica acrítica:

> ...abraçar a verdadeira ciência significa fazer a opção, deveras ascética, de devotar mais tempo e esforço ao exercício das descobertas teóricas, aplicando-as a novos projetos de pesquisas, em vez de prepará-las, de certas formas, para a venda, recobrindo-as de metadiscurso, destinado menos a verificar o pensamento do que a divulgar a sua importância e valor ou evidenciar imediatamente suas vantagens, fazendo-as circular nos incontáveis eventos que a era dos jatos e das conferências oferece ao pesquisador narcisista... (Bourdieu, 1985:11-12)

Visto que muito dos dados científicos apresentados para fundamentar a idéia de crise ambiental aguda e, além do mais, para dar plausibilidade e aceitabilidade às propostas de construção da sustentabilidade, são controversos, estando longe a chegada a um ponto de vista pacífico sobre eles (Hermitte, 1992), somente é possível entender a legitimidade conseguida pelo modelo do Desenvolvimento Sustentável, considerando valores externos a ele. Um dos fatores a ser considerados é sugerido por Petras (1991). O autor afirma que há vinte anos, na América Latina, era virtualmente impossível encontrar um intelectual de esquerda propenso a aceitar financiamento de fundações do exterior. Atualmente, segundo ele, é raro encontrar um pesquisador conectado com qualquer instituição estabelecida que não seja financiado por uma menor ou maior fundação americana ou européia. E a maioria dos que não são financiados, não o são por terem objeção aos financiamentos internacionais – e aos eventuais constrangimentos de sua atividade e discursos produzidos –, mas porque não estabelecerem os contatos ou conexões apropriadas. (Petras, 1991:161)

Ao nosso ver, o consenso obtido pela proposta de Desenvolvimento Sustentável é um dos temas importantes a ser enfrentados pela análise sociológica do atual estado do debate a respeito do Meio Ambiente. Outra tarefa dos cientistas sociais preocupados em analisar de maneira conseqüente a temática já referida é a de discutir e avaliar os

aspectos ontológicos do conceito de Desenvolvimento Sustentável, inclusive avaliando a propriedade de considerá-lo como novo modelo de desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA POLÍTICA DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NOS PRINCIPAIS NICHOS ECOLÓGICOS DO PLANETA

A argumentação acima apresentada fundamenta nossa interpretação particular a respeito do modelo de Desenvolvimento Sustentável. Ao nosso ver, o que se anuncia como um modelo de desenvolvimento, que sucederia às alternativas ocidentais praticadas há cerca de duzentos anos, se constitui, na verdade, numa proposta de gestão, monitoramento e controle internacional dos recursos naturais – elaborada e implementada a partir dos países do Norte.

A discussão da articulação de uma Divisão Ecológica Internacional, que favorece a abertura das fronteiras e a ingerência internacional nas áreas de nichos ecológicos, bem como as contradições conceituais apontadas no projeto do Desenvolvimento Sustentável – por exemplo, o oxímoro representado pela proposta de união do par irreconciliável: crescimento econômico e a sustentabilidade dos ecossistemas; e a fragilidade da idéia de contemplar as necessidades das gerações futuras, sem enfrentar os problemas sociais das gerações atuais, e, inclusive, aqueles decorrentes das desigualdades entre nações, e, dentro delas, entre pobres e ricos nos permitem apresentar elementos que evidenciam as dificuldades teóricas do Desenvolvimento Sustentável a partir dos seus três princípios – o da eficiência econômica; o da eqüidade e o da eficiência ecológica.

O questionamento do modelo de Desenvolvimento Sustentável como alternativa efetiva àqueles historicamente praticados inclui, pelo menos, os seguintes pontos: (1) a argumentação referente à construção de um novo projeto societário a partir da atenção dada à sustentabilidade dos ecossistemas, que substituiria não apenas no discurso, mas no mundo real, os estilos de desenvolvimento anteriormente praticados, perde sua

plausibilidade, ao serem examinadas as experiências anunciadas como de produção de Desenvolvimento Sustentável, em referência aos indicadores da eficiência econômica e da eqüidade; (2) a fragilidade do modelo de Desenvolvimento Sustentável como uma alternativa aos modelos anteriores de desenvolvimento, demonstrada pelo fato de que o modelo de desenvolvimento dominante, diametralmente oposto à idéia de sustentabilidade dos ecossistemas, continua sendo praticado nas áreas das quais se origina a proposta de mudança.

Assim, se a proposta de Desenvolvimento Sustentável não implica um modelo efetivo de desenvolvimento, é preciso pensá-la em termos realistas. Com isso, queremos dizer que, ao nosso ver, essa proposta é, na verdade, a de uma política ambiental global – elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processo de expansão do capital – de controle, gestão e monitoramento de recursos naturais, somente apresentada como uma alternativa aos estilos de desenvolvimento anteriormente praticados, com referência às estratégias de construção de sua plausibilidade.

Sobre esse aspecto da proposta de Desenvolvimento Sustentável, vale citar Almeida (1998), que apresenta duas modalidades de políticas ambientais: uma se baseia na política de *comando e controle* e a outra na política do *livre mercado*. No nosso entendimento, essas se intercruzam na busca da otimização da política ambiental, a partir dos seus objetivos econômicos e das relações de poder que se estabelecem nesse campo, ocultadas pela cultura do *management*. (Châtelet, 1997)

A política de comando e controle, apresentada sob a denominação de modelo de Desenvolvimento Sustentável, se associa à de gerência dos recursos naturais do planeta, que tem à frente uma *tecnoburocracia*[7], ou a *diplomacia ambientalista*

[7] É possível fazer um paralelo entre a atuação dessa tecnoburocracia e aquela descrita por Châtelet (1997) como característica da prática do *Estado-Cientista*.

"Nesta, a política é reduzida a uma função. Encontra-se avalizada a idéia de que o caráter obrigatório dos comportamentos impostos aos cidadãos resulta de um cálculo efetuado por um organismo habilitado para essa função uma regulamentação legítima e necessária substitui assim a noção de poder. A classe política é doravante desideologizada e despersonalizada; ou pelo menos, esse é o destino de sua modernidade. Reduz-se à sua função, que é de simples gestão". (Châtelet, 1997:347)

(Almino, 1993), possuidora de competência técnica para formular e coordenar os principais processos de formulação da política ambiental global, sendo apresentados como gestores, que trabalhariam de forma neutra, num espaço aparentemente destituído de qualquer vestígio de interesses políticos.

Entendemos que na formulação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, na forma como está posta no Relatório Brundtand, se opera a lógica do pragmatismo, como nos processos gerenciais quaisquer. Assim sendo, o conceito se configura como uma proposta de um conjunto de políticas capazes de proporcionar um processo de racionalização e de gerenciamento dos ecossistemas, visando ao aumento de sua capacidade de rendimento em relação ao modelo industrial de produção.

O próprio discurso da solidariedade intergeracional presente naquele conceito de desenvolvimento pode ser entendido como o resultado da preocupação com o tempo necessário para racionalizar/gerir os ecossistemas, de forma a contribuir com a formação de estoques de recursos naturais (estoques de capital natural). Estes recursos suprirão as demandas do sistema de produção vigente, elastecendo sua capacidade de reprodução, assegurando um adiamento da exaustão dos recursos naturais não renováveis. Ora, se, no presente, os recursos da natureza não são disponibilizados para todos, a preocupação em assegurar esses mesmos recursos para as gerações futuras não garante que as estruturas de acesso no futuro não tenderão a reproduzir as condições de acesso do presente. Como não há, naquela proposta, nenhuma indicação de socialização de riquezas, a solidariedade intergeracional significa assegurar no futuro, também, as riquezas naturais para os setores e grupos sociais que já são beneficiários no presente.

Outras dificuldades de efetivação da solidariedade intergeracional ainda podem ser observadas, se pensarmos em termos da relação entre Norte e Sul. Embora parte dos problemas sociais do Sul possam apresentar-se nos países Norte, o que se verifica é que, em grande parte, os grandes problemas ambientais dos países desenvolvidos estão, em geral, vinculados à abundância e aos desperdícios, aliados aos altos níveis de consumo neles observados. Nos países do Sul, esses problemas se derivam

basicamente da escassez e da má distribuição da riqueza, que se refletem na falta de condições mínimas de infra-estruturas sócio-ambientais básicas, tanto nas grandes cidades, quanto nos meios rurais. Grande parte das populações vivem em habitações inadequadas à vida humana, sem saneamento, sem água potável, sem equipamentos, maltratadas pelas doenças e pela falta de perspectiva social.

O modelo de Desenvolvimento Sustentável foi considerado como a principal resposta à crise ambiental planetária, a partir dos mecanismos de construção do consenso internacional, o que possibilitou aos governos dos países desenvolvidos e suas instituições expandir suas políticas ecológicas para o Sul, envolvendo os governos em todos os níveis e as ONGs ambientalistas, que passavam a pensar em políticas ambientais a partir deste conceito de desenvolvimento.

O que temos, efetivamente, embora se anuncie um novo estilo ou modelo de desenvolvimento, é uma nova inflexão no que diz respeito à orientação política, econômica e ecológica para as áreas ricas em recursos naturais como as florestas tropicais, detentoras de significativos patrimônios genéticos da flora e da fauna, que as constituem em filões de biodiversidade. É possível observar também dentro dessa proposta a revalorização de grupos sociais tradicionais, como camponeses, indígenas, pescadores, coletores e outros dessa natureza, presentes naqueles ecossistemas. Estes grupos têm sua condição valorizada a partir das suas formas de interação com o meio ambiente, que se destacam pelo seu caráter preservacionista. Essas áreas e essas populações, vale lembrar, em sua maioria, estão situadas nos países do Sul.

Uma vez que o desenvolvimento econômico não sofre inflexão no seu curso, nem no que diz respeito à produção nem ao consumo, é possível concluir que a acumulação e a reprodução do sistema capitalista em nada tem sido alterada, a partir da proposição e implementação do modelo de Desenvolvimento Sustentável como necessidade de superar a crise ecológica, e que as intervenções no sentido de responder à crise ambiental se desenvolvem por meio de ações localizadas de políticas ambientais, em áreas ecológicas, como já citamos acima, muitas delas incidindo na esfera dos conteúdos morais e comportamentais. Essa característica é marcante nos discursos dos

ecologistas, nos conteúdos dos programas de educação ambiental, nos de reciclagem de lixo, todos normalmente associados à crítica ao crescimento populacional, de inspiração Malthusiana, e na teoria da capacidade de suporte.

Como temos visto, a preocupação central da política ambiental global, sob a égide do conceito de Desenvolvimento Sustentável, tem sido a de assegurar a gestão internacional dos principais ecossistemas, com o objetivo de garantir a durabilidade e disponibilidade de importantes estoques de recursos naturais funcionais ao desenvolvimento econômico, atendendo à continuidade da lógica do próprio capital. Assim, uma das principais metas dos que propõem o modelo do Desenvolvimento Sustentável, seria diante da escassez de recursos e dos altos níveis de poluição atualmente existentes, assegurar àqueles povos ou grupos de indivíduos já beneficiados pelos seus estágios de desenvolvimento social, em termos de acesso aos recursos naturais abundantes, a manutenção dos seus níveis de crescimento econômico e de consumo, em detrimento daqueles grupos e países do terceiro mundo, que embora vivam em regiões e/ou ecossistemas ricos em recursos naturais, não têm assegurados o direito de usufruto dessas riquezas.

O discurso do Desenvolvimento Sustentável tem a vantagem de possibilitar, de certa maneira, suavemente, uma das formas mais severas e sutis de dominação de povos e grupos sociais, por meio da apropriação e usufruto de recursos naturais renováveis e não renováveis das grandes reservas mundiais. Em nome da humanidade, dos interesses de “todos”, suplantam-se os direitos mais elementares das nações, como o de gerência autônoma dos recursos naturais, agora a partir de pactos científicos e sócio-políticos, que se estabelecem nesse tempo de “globalização” e de “crise ecológica”.

É com base nas leis econômicas e na importância dos recursos naturais como capital natural e como força de produção econômica que as políticas ambientais são formuladas e aplicadas. O projeto do Desenvolvimento Sustentável não é uma exceção. A própria valorização e preservação da natureza se inscreve no contexto das forças de mercado, sendo, na verdade, a outra face da mesma moeda. É preciso que muitos valorizem e preservem as riquezas naturais para que estas possam estar à disposição

das redes econômicas e sociais que as demandam e delas se apropriam. Bauman (1999) dá suporte a essa nossa compreensão. Para este, o crescimento econômico representa a fome insaciável da indústria por novas e maiores taxas de lucros que, por sua vez, serão consumidas na queima de novas fontes de energia no ciclo seguinte. O que é pressuposto nessa fala é justamente um modelo de produção marcado pela idéia de expansão contínua, sempre feita à custa de consumo crescente de energia, de recursos da natureza.

A análise da "crise ambiental", e, em particular, do modelo de Desenvolvimento Sustentável, até aqui apresentada, indica que, na prática, esse modelo de desenvolvimento está longe de se concretizar.

O discurso visando uma associação mundial em prol do Desenvolvimento Sustentável, conforme o apelo com que a Agenda 21 Global se inicia, serve, como se referiu Myrdal (1968), apud Rist (1997), para estabelecer a *diplomacia pela terminologia*. O Desenvolvimento Sustentável, nos termos em que vem sendo posto – quer como discurso oficial, quer a partir de suas várias interpretações – e implementado, por meio de *intervenções e de projetos de ajuda preservacionista*, como o PPG7, por exemplo, em áreas ecológicas[8], visa diretamente a manter o domínio e o controle sobre os recursos naturais, ao mesmo tempo em que minimiza a crítica ao próprio modelo de desenvolvimento econômico, à medida que reconhece e propõe a superação da crise ambiental por meio de um novo estilo de desenvolvimento. Pelo emprego do conceito de sustentabilidade, o meio ambiente, neste caso, é compreendido como sendo capaz

[8] As áreas ecológicas são construídas a partir da Divisão Ecológica Internacional, como nos referimos àquelas regiões que passaram a ser evidenciadas no contexto internacional, a partir da hipótese de que estas desempenham significativo papel no equilíbrio planetário, como as áreas de florestas, por exemplo. São as mesmas áreas que, há trinta anos, foram anunciadas pelos mesmos atores como áreas prioritárias para a implementação do desenvolvimento econômico. A Amazônia é a maior demonstração desse processo. Esta, como em outros momentos da história econômica, se constituiu, dado o seu potencial, a partir do discurso externo, naquilo que interessava à lógica do sistema capitalista. Se havia interesse da região como exportadora de produtos extrativos, como produtora de produtos agropecuários, produtora de energia e minério, era assim que ela passava a ser pensada externamente. O que é importante ser observado é que em nenhum momento as forças sociais dominantes estão em desacordo com a representação que dela se fazia e se faz internacionalmente. Tanto no plano econômico, quanto no plano político, inclusive no campo da política científica, se assumia, internamente, o discurso e o papel que era atribuído à região no plano internacional. E assim continua. A região como grande celeiro ecológico do mundo é a nova face que lhe deram.

de se auto-equilibrar em vista a contrabalançar os problemas decorrentes do desenvolvimento econômico. (Rist, 1997:194)

Nossa perspectiva de análise é reforçada pelo pensamento de Rist (1997), segundo o qual o Relatório Brundtland e a Conferência do Rio de Janeiro, e, por conseguinte, o modelo de Desenvolvimento Sustentável, não visam, como é corrente no pensamento ambientalista, "negar fenômenos antagônicos dentro de uma síntese hegeliana, mas fazer o *desenvolvimento econômico* aparecer como necessário, por meio da sua combinação com o supremo valor reconhecido do meio ambiente". Desse ângulo o *desenvolvimento sustentável* aparece como uma operação de encobrimento: ele acalma os medos provocados pelos efeitos indesejáveis do desenvolvimento econômico". Segundo a idéia de sustentabilidade produzida nos dois eventos acima citados, "o que deve ser sustentado é o desenvolvimento, e não a capacidade (de tolerância) dos ecossistemas das sociedades humanas". (Rist, 1997:194)

Assim, a formulação da crise ambiental nos termos em que foi apresentada mundialmente e as formas de combatê-la devem ser explicadas dentro dos mecanismos de ajustes e demandas do sistema capitalista mundial, sendo que o modelo do Desenvolvimento Sustentável não é um outro estilo de desenvolvimento, mas um mecanismo proposto e adotado pelo centro de poder do referido sistema, para conduzir e legitimar as políticas ambientais globais em consonância com seu ritmo e lógica.

A transformação dos problemas ambientais locais com suas diversidades e complexidades em problemas globais homogeneizados foi elevada, no plano do discurso, ao status de uma nova proposta de sociedade global, a partir da valorização do meio ambiente global, como expresso no conceito de Desenvolvimento Sustentável. Isso não significa dizer que o referido conceito, tal como fora proposto pelas Organizações das Nações Unidas, em suas várias instâncias, representasse, efetivamente, um modelo social novo. As deficiências teórico-metodológicas e das experiências práticas não deixam dúvidas quanto às dificuldades desse modelo de desenvolvimento, que tem de se constituir numa nova perspectiva societária do ponto de vista da reorganização social. Entretanto, não podemos deixar de compreender a

construção do Desenvolvimento Sustentável como um mecanismo eficaz no processo de construção de uma ordem ecológica dentro da ordem econômica mundial. Os dois objetivos centrais desse projeto são, portanto: a) a legitimação da ordem ecológica mundial, que implica uma divisão internacional ecológica e b) o estabelecimento de políticas de gestão e controle dos recursos naturais planetários por parte do centro do Capitalismo mundial.

É preciso entender que as abordagens sobre meio ambiente não são moldadas pelas visões ecocêntricas, como pretendem os ambientalistas. Nos arranjos que orientam a sociedade moderna, não há evidência de que se adote uma preocupação legítima com a natureza como princípio para organizar a sociedade, como o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável tende a induzir. É por meio da racionalidade econômica, que inclui o controle do crescimento populacional e a poupança dos recursos naturais, por parte de alguns grupos sociais, que são sistematizadas e direcionadas as políticas e as ações ambientais, sempre do ponto de vista do valor utilitário da natureza. Neste sentido Banerjee (2000) afirma:

> O paradigma do desenvolvimento sustentável é baseado numa racionalidade econômica e não ecológica. As principais suposições do paradigma econômico neoclássico permanecem intocadas e o crescimento econômico permanece inquestionável, sendo considerado um crescimento sustentado. Prioridades ambientais diferem em diferentes regiões. As comunidades rurais pobres dependem diretamente do meio ambiente biofísico para sobreviver e as noções de conservação e proteção que são comuns em países desenvolvidos são contestáveis em países em desenvolvimento. Enquanto a pobreza é citada como causa da degradação ambiental, o papel do desenvolvimento em restringir o acesso aos recursos naturais para as populações rurais não é discutido. O Esverdeamento da indústria em países desenvolvidos tem sido alcançado às custas do meio ambiente do terceiro mundo, através da realocação de indústrias poluentes nos países em desenvolvimento. (Banerjee, 2000)

Ainda em referência aos sentidos em que o conceito de Desenvolvimento Sustentável é usado, notamos que este, como o elemento chave de um discurso que articula símbolos e significados diversos, tem sido aplicado de forma a substituir conceitos e visões anteriores, que tinham como preocupação principal a reflexão sobre o crescimento

econômico, sendo, por isso mesmo, muito mais atacáveis do que um modelo que anuncia a preocupação com a "salvação do planeta, do ecossistema mundial.[9]

2- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

O modelo de Desenvolvimento Sustentável, na prática sempre se expressou como um projeto internacional de gestão de recursos naturais das áreas ecológicas mais importantes do planeta. Isto tem sido possível pelo estabelecimento, por meio de mecanismos diversos, de um discurso consensual, que tem como conseqüência a construção da plausibilidade da idéia segundo a qual haveria interesses comuns entre países propositores e receptores das políticas ambientais globais, salvo nas áreas ricas em petróleo que são comandadas pelos mecanismos de poder e pressão internacional, incluindo, inclusive, a guerra.

É através da aceitação e implementação de uma Divisão Ecológica Internacional – DEI, efetivada, inclusive, pela construção da idéia de risco iminente que pairaria sobre o ecossistema planetário e pela proposta do modelo de Desenvolvimento Sustentável, que se torna possível a gestão internacionalizada e a apropriação dos recursos ambientais das áreas definidas como de "interesse planetário". É neste sentido que, embora sejam grandes as cobranças de modelos de Desenvolvimento Sustentável para espaços urbanos, a produção nessa área não tem prosperado.[10]

---

[9] Costa (1997) comenta a maneira pela qual o conceito de Desenvolvimento Sustentável se constitui numa abordagem mais "politicamente correta" do que as anteriores:

"O Desenvolvimento Sustentável, apesar de relativamente recente, num átimo tornou-se panacéia e slogan inevitável da "sabedoria convencional". Desbancou, nas discussões acadêmicas e dos formuladores da política desenvolvimentista, o charme que a controvérsia crescimento econômico equilibrado versus desequilibrado exercia. Há quem considere o símbolo de um consenso ideal. Ou ao arrepio das idéias seminais de Kuhn, o "novo paradigma do desenvolvimento". (....) Há planos de desenvolvimento regional e programas de governo estaduais que o mencionam vaga, contraditória e aleatoriamente. Outros, de forma conflituosa, com várias das diretrizes e dos objetivos prioritários conjuntamente colimados, pródigos em elegê-lo parâmetro de intenções, mais somíticos quanto às formas efetivas de operacionalizá-lo macrorregionalmente. Por constituir chavão obrigatório em voga, "politicamente correto", tem sido, no que tange à Amazônia brasileira, usado à larga". (Costa, 1997:81-82)

[10] Uma iniciativa da ONU, que visa implementar o Desenvolvimento Sustentável em 13 cidades do mundo, termina se voltando para o controle e gestão de recursos naturais em áreas não urbanas. No

Graças ao conjunto de metáforas da unidade da espécie e da inclusão de todos, articuladas no conceito de Desenvolvimento Sustentável, são superadas as fronteiras nacionais e as possíveis barreiras legais que porventura possam existir para implementar os projetos ambientais que se abrigam no referido modelo de desenvolvimento e no mais significativo plano de ação ecológica global, a Agenda Global 21.[11]

No nosso entender, a partir das evidências empíricas, vigora, em áreas ecológicas, uma nova dinâmica que tem como base o controle e gestão dos recursos naturais dos grandes nichos ecológicos. Essa dinâmica de gestão, monitoramento e controle dos referidos recursos é reconhecida como ação capaz de produzir um Desenvolvimento Sustentável, o que facilita sua implementação sem qualquer questionamento sobre seus objetivos e finalidades como políticas ambientais globais.

Esse movimento, que do ponto de vista teórico aparece como se se opusesse ao modelo de desenvolvimento econômico dominante, no nosso entender, funciona como um processo subsidiário ao projeto de desenvolvimento econômico global. Não há, portanto, um desenvolvimento dando lugar ao outro. O que existe, efetivamente, são atividades de complementaridade entre o desenvolvimento econômico e o que é

Brasil, a cidade contemplada foi Santos, no Estado de São Paulo. A denominada Agenda 21 local que foi implementada naquela cidade entre 1994-1996 teve seus projetos voltados, em particular, para áreas de reservas florestais e manguesais. Isto demonstra que esse modelo de desenvolvimento, nos países do Sul, mesmo quando procura responder aos desafios urbanos, sempre se aproxima de processo de gestão de recursos naturais.

[11] Segundo Viola (1997), a produção da Agenda 21 resultou de um grande esforço de negociação internacional para a geração de um consenso normativo e um programa de certa operacionalidade para a humanidade com relação ao desenvolvimento sustentável. Segundo Barbieri (2000), A Agenda 21, transformada em Programa 21 pela ONU, é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Ela é uma espécie de consolidação de diversos relatórios, tratados, protocolos e outros documentos elaborados durante décadas na esfera da ONU (Assembléia Geral, FAO, PNUMA, UNESCO). Princípios, conceitos e recomendações expressos no relatório da Comissão Brundtand, nas estratégias de conservação da UICN, WWF, PNUMA de 1980, nas estratégias do Caring for the Earth, nos documentos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, por exemplo, podem ser reconhecidos no texto da Agenda. A Agenda 21 inclui os temas tratados na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, nas convenções sobre Biodiversidade e sobre Mudanças do Clima, bem como a Declaração de Princípios sobre Florestas. As recomendações nas áreas da ciência contidas na Agenda 21 são resultado da conferência internacional realizada em Viena, denominada de Agenda da Ciência para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do século 21. (Agenda Global 21 e Barbieri, 2000:58)

chamado de Desenvolvimento Sustentável, sendo as experiências de aplicação destes funcionais àqueles.

No caso do Brasil, o Ministério do Meio Ambiente funciona como a maior expressão institucional receptora dessas políticas. É claro que ele tem a anuência política do governo brasileiro e do Congresso Nacional, fórum privilegiado para aprovação dos acordos e convênios entre governos e instituições internacionais. Os Institutos de Pesquisas e Instituições Universitárias, também, desempenham funções importantes no aval aos projetos ambientais globais implementados no Brasil.

Diante do problema da escassez dos recursos e da necessidade de manter a ordem econômica em vigência, é necessário que se construa, tal como está previsto na Agenda 21, uma rede científica e política para fomentar o debate sobre a necessidade de estabelecer normas, valores e práticas sociais com o fito de evitar, segundo aquele documento, as previsíveis catástrofes ecológicas.

No plano político, depois da própria mobilização dos governos de todas as nações modernas, incluindo aí as pobres e as ricas, e as principais organizações internacionais, quem vai desempenhar papel fundamental neste contexto são as ONGs[12], na medida em que não apenas se envolvem no gerenciamento direto dos recursos, como também são reprodutoras do projeto ecológico em curso, tanto no meio dos movimentos sociais, quanto entre as comunidades locais, estabelecendo uma fala competente em defesa dos problemas ambientais. Às vezes, a defesa do meio ambiente surge em

[12] As Organizações não Governamentais – ONGs são instituições híbridas que se formam, em geral, a partir de interesses de grupos e o de indivíduos que estão ou tiveram vinculados a uma instituição de pesquisa ou de assessoria, principalmente as Universidades. No caso das entidades que tratam dos problemas ambientais, aquele antigo pesquisador vinculado a uma Universidade, que desenvolvia suas pesquisas num dado espaço e por conseguinte com uma dada comunidade, funda ou assessora a criação de uma ONG e transforma-se em seu coordenador ou assessor. Aquela área transforma-se em área de reservas e, por conseguinte, a comunidade passa a ser assistida pela nova entidade, o que vai assegurar a essa ONG seu poder de interlocução. Inclusive são elas que falam e orientam os projetos a partir das políticas ambientais globais em nome das comunidades e das entidades tradicionais, como sindicatos de trabalhadores, associações de produtores, caixas agrícolas, as quais funcionam também como caixa de ressonância da primeira. Do ponto de vista dos aspectos legais, essas entidades estão submetidas a poucas exigências legais. Embora sejam exigidos delas estatutos e cadastramento, como elas não se vinculam ou não representam um grupo social homogêneo, não há controle da entidade por parte das comunidades assistidas. As referidas ONGs têm obrigação, geralmente, com os órgãos financiadores dos seus projetos.

contraposição às relações de trabalhos desenvolvidas pelas referidas comunidades. Nas áreas de proteção ambiental, conflitos nesse nível são recorrentes. Em alguns casos, em que os gerentes dos projetos têm pouca sensibilidade social, chega-se a situações extremadas, nas quais os conflitos terminam nos tribunais.

As ONGs, são fundamentais na implementação das políticas ambientais, desempenhando os papéis de mediadoras, fazendo parte da estrutura gerencial das referidas políticas, e veiculando o conjunto das idéias ecológicas, no sentido de disseminar um discurso que, geralmente, é construído em espaços exógenos. O *esverdeamento* da Amazônia vêm se dando, principalmente, a partir da colaboração de organizações não governamentais, que, articuladas com um conjunto de instituições regionais, nacionais e internacionais, contribuíram para tecer o discurso ecológico, visando à Gestão dos Recursos Naturais, sob a guarda do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A construção do discurso ambientalista sobre Amazônia talvez seja, neste momento, o projeto mais importante no âmbito das políticas ambientais globais. Por meio da receptividade e da integração de falas das instituições internacionais e nacionais, pode-se "transformar" a região em área ecológica de "interesse global" (confirmando um dos pontos da proposta da Divisão Ecológica Internacional). Essa fala, que estabelece uma reconfiguração da região, se reproduz, com efeito multiplicador, sobre a prática social dos vários segmentos sociais da Amazônia, dando as condições para uma nova Agenda (ecológica) Amazônica.

A forma privilegiada para a hegemonização do discurso a respeito da internacionalização da Amazônia é a constituição de uma rede de relações institucionais para a execução de projetos de aplicação do modelo de Desenvolvimento Sustentável, incluindo desde instituições internacionais como o BIRD, ONU, Comunidade Européia, Grupo dos 7, passando por associações, sindicatos de pequenos produtores rurais e entidades indígenas, cooperativas e associações de pescadores, associações de coletores e extratores, reservas extrativistas, federações, associações de classes, Universidades e outros tipos de ONGs.

As entidades envolvidas no projeto de Apoio ao Manejo Florestal Integrado e Sustentável de Florestas Naturais na Amazônia, vinculado ao PPG7 por meio do Subprograma denominado de Unidades de Conservação e Gestão de Recursos Naturais, dão a dimensão das interações que se formam em torno das políticas de Gestão Ambiental na Amazônia. Dentre as principais: Banco Mundial, GTZ, KFW, União Européia, MMA, IBAMA, EMBRAPA, ONGs, Sindicatos de trabalhadores e da indústria e serrarias de madeiras, Prefeituras, Universidades, IMPA, FASE, e outras.

Estas entidades se entrelaçam, formando uma rede a partir de fóruns privilegiados, que envolvem as instituições internacionais e governos dos países do Norte, os governos do países receptores do projeto ou programas, e a representação das organizações não governamentais. As instituições internacionais e os governos dos países do Norte participam da política ambiental global, que visa ao desenvolvimento sustentável, na condição de propositores das referidas políticas e na condição de doadores. Eles destinam, de acordo com o seu PIB, um valor financeiro, na forma de ajuda para atender os países do Sul, no que diz respeito às políticas direcionadas à promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Na política de investimentos anunciados para a preservação do meio ambiente, foi bastante significativa a criação do GEF – Global Environment Facility –, uma das maneiras encontradas para que os países ricos pudessem contribuir com os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos visando implementar projetos ambientais globais. Este Fundo foi criado em 1991, como resultado de acordo entre países doadores envolvidos com a formulação das políticas ambientais globais para a Terra. O GEF é um mecanismo de financiamento que destina recursos na forma de doações para que os países do Sul, chamados de receptores, executem projetos e ações voltados para a preservação do meio ambiente global nas áreas definidas como fundamentais na determinação das mudanças climáticas, biodiversidade, e possuidoras de estoques

significativos de águas potáveis. Seu gerenciamento é feito pelo PNUD e PNUMA e o Banco Mundial.[13]

Dentre as várias atuações, no Brasil, na área ambiental, o Banco Mundial também gerencia um outro fundo criado em 1992, para dar suporte financeiro ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PPG7, intitulado Rain Forest Trust Fund. O objetivo do Fundo é dar suporte financeiro para viabilizar a gestão do Programa, cujo objetivo enunciado é de conservar a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono para a atmosfera e promover maior conhecimento das atividades sustentáveis na Amazônia. (PPG7)

Ao compreender o modelo de Desenvolvimento Sustentável permeado por relações de poder e envolvido pelas condições políticas de dominação, podemos desconsiderar a existência do *bom e do mal desenvolvimento*, como foi posto, ainda na década de 70, no calor do debate sobre a crise do meio ambiente. A partir desse esquema de inspiração moralista, os países do Sul não deveriam seguir o padrão de desenvolvimento econômico e de consumo dos países do Norte. A conclusão era a de que, se todas as nações se orientassem por esse mesmo padrão de desenvolvimento, o equilíbrio planetário estaria comprometido. A tese resultante foi a de que os países do Sul deveriam implementar um estilo diferente daqueles historicamente adotados no Norte, despontando como um modelo de "bom" desenvolvimento o de Desenvolvimento Sustentável.

[13] O GEF – Global Environment Facility (Fundo para o Meio Ambiente Mundial) foi estabelecido em meados de 1991, em caráter experimental, como produto de um acordo entre países doadores voltado para a organização e coordenação dos esforços destinados à proteção do ambiente global, seguindo a filosofia estabelecida durante a reunião de Londres acima mencionada. O Fundo foi concebido como um mecanismo de financiamento que outorga doações e concebe ajuda em condições concessionais para os países receptores de renda média e baixa para que executem projetos e atividades voltados para a proteção do ambiente global nas áreas de mudança climática, biodiversidade e águas internacionais. A responsabilidade pelo funcionamento do Fundo é compartilhada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Banco Mundial. Do início efetivo das suas operações em 1991 até 1994, considerada a sua fase piloto, o Fundo financiou mais de 100 projetos em diversos países em desenvolvimento, totalizando cerca de US$ 750.00 milhões. Ao final dessa fase experimental, o Fundo passou por um processo de reestruturação, conforme havia sido recomendado na Conferência das Nações Unidas (CNUMAD), e deu início a sua fase operacional (GEF-I), onde pretende aportar US$ 2,0 bilhões até 1997, conforme comprometimento dos países doadores de recursos. (GEF, 1986)

A implementação do modelo "bom" do Desenvolvimento teria como conseqüência necessária a aceitação da limitação do estilo de consumo e do ritmo de produção do Sul e, por tabela, a concordância com a manutenção dos padrões de consumo e de produção do Norte.

Almino (1993) desenvolve com rara argúcia esse ponto de vista, ao demonstrar que:

> A Globalização da estrutura produtiva e a interdependência econômica tornarão inviável a revisão das formas de desenvolvimento estabelecidas e dos padrões gerais de produção e consumo pelos países em desenvolvimento se tal revisão não ocorrer ao mesmo tempo no próprio centro do sistema econômico mundial. Enquanto ela não ocorrer, para que os padrões atuais de produção e consumo sejam minimamente sustentáveis nos países desenvolvidos, é necessário que outros países desistam de alcançar o mesmo patamar de produção e consumo, ou seja, é preciso que renunciem ao crescimento econômico e à expansão do uso dos recursos naturais e que contenham seu crescimento populacional. É já lugar comum, no pensamento ecológico, sobretudo em países desenvolvidos, a idéia de que a capacidade do Planeta não permitiria que os países em desenvolvimento atingissem os padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos. O desenvolvimento Sustentável do Sul seria, portanto, fundamental para a sobrevivência da Humanidade e para a preservação dos padrões de produção e consumo do Norte (Almino, 1993:83).

As experiências classificadas como de Desenvolvimento Sustentável, neste caso, podem estar sendo realizadas à margem dos processos econômicos principais. A Vale do Rio Doce, por exemplo, atua na Amazônia como uma das maiores extratoras e beneficiadoras de recursos naturais do mundo, funcionando a partir da dinâmica econômica mundial e dos fluxos de mercado, sem qualquer referência à sustentabilidade do desenvolvimento.

Ou seja, o vínculo de complementaridade entre as dinâmicas econômicas e as ações de Desenvolvimento Sustentável não é automático, nem direto. As interações existentes entre os processos econômicos e a preservação de recursos naturais fazem parte da lógica do sistema como um todo. A complementariedade entre Desenvolvimento Sustentável (gestão e controle dos recursos), e a dinâmica do capitalismo internacionalizado no nosso entender, é regulada pela Divisão Internacional Ecológica.

Neste sentido, cria-se uma aparência de ampla mobilização internacional e nacional traduzida na proliferação de ações e iniciativas do Desenvolvimento Sustentável. Uma análise mais profunda do que é apresentado mostra que, do ponto de vista das ações práticas que visariam ao Desenvolvimento Sustentável, qualquer procedimento ligado ao imaginário do ecologismo pode ser caracterizado como ações de construção da sustentabilidade do desenvolvimento. Para demonstrar esse princípio do "vale tudo" basta tomar como exemplo e observar as ações catalogadas pelo Ministério do Meio Ambiente como as cem "Principais Experiências de Desenvolvimento Sustentável implementadas no Brasil" as quais foram disponibilizadas para conhecimento público por meio da página eletrônica daquele Ministério.

Como podemos observar, é como se estivéssemos considerando práticas do Desenvolvimento Sustentável, ações, projetos, experiências que não deixam clara a sintonia com seus pressupostos epistemológicos e metodológicos, como uma real possibilidade de relação entre desenvolvimento econômico e Meio Ambiente.

Em muito do que é apresentado como experiências de Desenvolvimento Sustentável, os três pressupostos do modelo de Desenvolvimento Sustentável, a eqüidade, a eficiência econômica e a preservação dos recursos naturais a longo prazo, não são atendidos, sendo privilegiadas, sem sombra de dúvida, as ações preservacionistas, enquanto os dois outros eixos são quase completamente desprezados.

Dentre os autores que discutem os problemas da aplicabilidade do conceito de Desenvolvimento Sustentável, Redclift (1996) considera que não é possível gerenciar o meio ambiente, no nível global com sucesso, sem alcançar o progresso em direção à

sustentabilidade ao nível local. O autor advoga dois papéis para o Desenvolvimento Sustentável. Um primeiro papel a ser desempenhado seria como meta normativa para as sociedades. O segundo estaria vinculado ao modelo como forma de entendimento dos ecossistemas (Redclift, 1996:3). A sustentabilidade, segundo o referido autor, não será atingida pela invenção de técnicas de gerenciamento para combater as contradições do desenvolvimento. Para Redclift, ela seria possível, se recuperássemos nosso controle sobre o consumo, em lugar de trabalhar na direção de novas instituições que gerenciam suas conseqüências.

De acordo com a perspectiva desse autor, dois pontos, a saber, a efetividade do desenvolvimento local e a questão do consumo, precisam ser atacados para que seja possível a implementação do Desenvolvimento Sustentável, analisando algumas pretensas experiências de Desenvolvimento Sustentável, na Amazônia, em particular, no Estado do Pará. O local, neste caso funciona apenas como a ambiência concreta do gerenciamento dos recursos naturais objetivando a preservação ambiental visando atender as demandas presentes e futuras da dinâmica do crescimento econômico, principalmente dos países hegemônicos.

Nesse sentido, assistimos, dentro da proposição do Desenvolvimento Sustentável, à valorização de processos sociais tradicionais e locais. Estabelecida a nova Divisão Ecológica Internacional, várias práticas sociais de diversos grupos são valorizadas, relações de trabalho e modos de vida até então vistos como processos sociais residuais da modernidade tornam-se fundamentais no contexto ambiental. Os gestores das políticas internacionais, principalmente, procuram mobilizar todos os povos que de uma maneira ou de outra vivem em regiões cujos ambientes são pouco artificializados do ponto de vista das expansão capitalista tradicional. Desse modo, passou-se a mobilizar pequenos agricultores, coletores, pescadores artesanais, populações indígenas que se vinculam diretamente à preservação de recursos naturais florestais pela capacidade que têm de poupar recursos em áreas de escassez e de

de poupar e preservar em áreas onde há recursos abundantes[14]. As práticas concretas apresentadas como experiência de Desenvolvimento Sustentável, também, contrapõem-se à abordagem feita por Redclift, no que se refere à perspectiva do consumo. Para ele, deveria haver uma mudança nos comportamentos da população mundial, com relação ao consumo. Contudo, as próprias ações que visam à sustentabilidade ambiental, com base naquele modelo de desenvolvimento, em áreas ecológicas, correspondem às demandas dos mercados, no que tange ao uso de capitais naturais, visando em última instância atender aos padrões de consumo dos países desenvolvidos. As políticas ambientais, neste sentido, efetivamente, não respondem aos problemas ecológicos reais, mas, buscam manter a hegemonia do modelo de sociedade dominante a partir do controle do meio ambiente. Aquelas são muito mais determinadas pelas relações de poder e de um certo ordenamento pragmático do meio ambiente, do que pelos problemas reais que as sociedades podem enfrentar com os limites e a escassez de recursos naturais. O que parece estar no centro do debate sobre os problemas ambientais e sobre as eventuais estratégias de seu enfrentamento é, antes, a disputa pelo controle dos recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta.

---

[14] Em toda a história da América Latina, os povos indígenas e tradicionais (caboclos, camponeses, seringueiros, peões, colonos, caiçaras etc.) têm sido tratado – na melhor das hipóteses – com desdém pela elite dominante. Só no século XVII, por exemplo, os "índios" foram considerados seres humanos com alma; e os cientistas ocidentais, de forma muito abrangente, ainda acreditam

que o conhecimento tradicional é apenas folclore e que, de uma forma alguma, é científico. Em síntese, esses povos, "atrasados" e primitivos, seriam barreiras ao desenvolvimento, conhecimento e civilização. Armados dessas premissas, governo - e até ambientalistas – acharam fácil justificar a exploração dos índios e camponeses, das suas terras e recursos, em nome do desenvolvimento, conservação e progresso (Posey 1997:347). Há trinta anos atrás, no *Boom* do desenvolvimento, na Amazônia, não era rara a transferência e comunidades indígenas de suas terras para dar lugar aos chamados grandes projetos e às fazendas. Neste período, os ambientalistas de hoje estavam preocupados com outros temas, na época, apresentados como mais importantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. T. de. *Política ambiental*: uma análise econômica. São Paulo: UNESP, 1998.

ALMINO, J. *Naturezas mortas*: a filosofia política do ecologismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente*: as estratégias de mudanças da agenda 21. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARKIN, D. *Riqueza, pobreza y desarrollo sustentable*. México: Jus, 1998.

BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas,* São Paulo, v. 32. n. 2. 1992.

BANERJEE, S.B. Who sustains Whose development? Sustainable development and reivention of nature . In: *X World Congress of Rural Sociology do International Sociological Association Research Committtee on Environment and Society Symposium no Sociological Reflections on Sustainability*. Rio de Janeiro, 1 a 3 de agosto de 2000.

BAUMAN, Z. (1999), *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BOTKIN, D. B. Qual ecologia para o século XXI?. In: BARRÈRE, M. (Coord.). *Terra, patrimônio comum*: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento. São Paulo: Nobel, 1992.

BOURDIEU, P. The gênesis of the concept of habitus and field. *Sociocriticism*. [S.l.], n. 2. 1985.

BOURGUIGNON, A. *História natural do homem:* o homem imprevisto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. 1.

BOWLER, P. J. *The norton history of the environmental sciences*. New York: W.W. Norton & Company, 1992.

BRAKEL, M. van. *OS Desafios das Políticas de consumo sustentável*. Rio de Janeiro: FASE, 1999. (Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 2).

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar*: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.

BUTTEL, F. H. Environmentalization. *Rural Sociology*. [S.l.], v. 51. n. 1. 1992.

CAILLÉ, A. *La démission des clercs*: la crise des sciences sociales et l'oubli du politique. Paris: La Découverte, 1993.

CHÂTELER, F.et. al. *História das idéias políticas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CERNEA, M. M. Como os sociólogos vêem o desenvolvimento sustentável. *Finanças & Desenvolvimento*, [S.l.], dez. 1993.

COMISIÓN DE DESARROLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Nuestra Propria Agenda. [S.l., s.n.], 1991.

COMISIÓN ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. *Incorporacion de criterios ambientales a la planeacion de la region de la montaña del Estado de Guerrero-México*. México: CEPAL/PNUMA, 1992.

COMISIÓN ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. *Reseñas de Documentos sobre Desarrollo Ambientalmente Sustentable*. Santiago de Chile: CEPAL/CLADES, 1992.

COSTA, J. M. M. da. Desenvolvimento sustentável, globalização e desenvolvimento econômico. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável*: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

CUÉLLAR, J. P. de (Org.). *Nossa diversidade criadora*: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.

FENZL, N. O conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. *Poematropic*: Pobreza e Meio Ambiente no Trópico Úmido, Belém, v. 1. n. 1. jan./jun. 1998.

FOLADORI, G. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. *Ambiente & Sociedade,* Campinas, ano 2, n. 5. 1999.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1997, Rio de Janeiro. *Brasil século XXI*: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

GOULET, D. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

GRONEMEYER, M. Ajuda. In: SACHS, W. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento*: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, R. Modernidade, meio ambiente e ética: um novo paradigma de desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA 21, 1998, Brasília. *Uma agenda para um mundo sustentável:* anais. Brasília: UNAMAZ, 1998.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HERMITTE, Marie-Angèle. A gestão de um patrimônio comum: o exemplo da diversidade biológica. In: BARRÈRE, M. (Org.). *Terra, patrimônio comum*: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento. São Paulo: Nobel, 1992

LLOYD, C. *As estruturas da história.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MÜLLER, M. L. Vittorio Hösle: uma filosofia da crise ecológica. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência,* Campinas, v. 6, n. 2, jul./dez. 1996.

KAY, C. *Latin american theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.

KEITH, N. W. *Reframing international development: globalism, posmodernity and difference*. London: Sage Publications, 1997.

KITAMURA, P.C. *Desenvolvimento sustentável:* uma abordagem para as questões ambientais da Amazônia. 1994. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

NORGAARD, R. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

PEARCE, D. Deforesting the Amazon: toward an economic solution. *Ecodecision*: Revue Environnement et Politiques. Montreal: La Société royale du Canada, n. 1, 1991.

PETRAS, J. The metamorphosis of Latin America's intellectuals. *International Journal of Contemporary Sociology*. [S.l.], v. 28. n. 3-4. july./oct. 1991.

POSEY, D. A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

RIST, G. *The history of development:* from western origins to global faith. London: Zed Books, 1997.

REDCLIFT, M. *Sustainable development*: exploring the contradictions. London: Ronthedge, 1995.

REDCLIFT, M. *Wasted-Counting the costs of global consumption*. London: Earthscan Publications, 1996.

SPANGENBERG, J. H. *Critérios integrados para a elaboração do conceito de sustentabilidade*. Rio de Janeiro: FASE, 1999. (Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 3).

STAVEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico,* [S.l.,], 1985.

STEER, A.; LUTZ, E. Como medir o desenvolvimento ambientalmente sustentável. *Finanças & Desenvolvimento*. [S.l.], dez. 1993 BAUMAN, Z. (1999), *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VIOLA, E. J. Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças sociopolíticas transnacionais. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VIOLA, E. J.(1996) A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. J. (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP